

Caracterização da actividade Apícola no Município de Vila Velha de Rodão

Eurico Lidónio, Graça Diogo, Natália Roque, Isabel Margarida Antunes, Ofélia

Anjos*

Unidade Departamental de Silvicultura e Recursos Naturais, Escola Superior Agrária de Castelo Branco, Portugal

*euricolidonio@gmail.com, gdiogo@esa.ipcb.pt, nroque@esa.ipcb.pt, imantunes@esa.ipcb.pt, ofelia@esa.ipcb.pt **

1. INTRODUÇÃO

O conhecimento dos recursos existentes numa determinada região permite definir objectivos e implementar estratégias com vista à melhoria da qualidade de vida das respectivas populações. A valorização desses recursos possibilitará a dinamização da economia e o desenvolvimento sustentável dos mesmos. Este é um tema que tem merecido, nos últimos anos, a atenção das comunidades locais e regionais de algumas regiões do país. Reveste-se pois de extrema importância a definição e a operacionalização de políticas de desenvolvimento rural que contribuam, de forma eficaz, para uma inversão da tendência de diminuição demográfica que se tem vindo a observar nessas regiões. Contudo, existe um conjunto de aspectos espaciais e sociais que caracterizam o meio rural e lhe conferem uma identidade própria, específica e diferenciada, distinta da realidade urbana. É urgente valorizar os recursos locais, promovendo o desenvolvimento e a comunidade rural (Thirion e Cavaco, 2003).

Desde os tempos mais remotos que se tem assistido a uma forte relação do homem com as abelhas. A agricultura desempenhou, através dos tempos, uma importância crucial para o nosso país. Contudo, actualmente, é uma actividade em contínuo declínio, resultado em grande parte das políticas agrícolas implementadas e do êxodo das populações rurais para meios urbanos. Actualmente, ao contrário do que se assistiu noutros tempos, a terra e a agricultura assumem, muitas vezes, uma função de complementaridade de outras actividades numa perspectiva de pluriactividade. Esta situação, além de contribuir directa e/ou indirectamente para a economia familiar, reveste-se também de uma função de previdência, pois constitui um recurso "seguro" contra a aleatoriedade dos ciclos/vínculos profissionais, cada vez mais precários e incertos.

A prática apícola constitui uma das múltiplas actividades que podem originar outras fontes de rendimento complementar ou alternativo. O Município de Vila Velha de Ródão, região sobre a qual o estudo incidiu, apresenta boas condições edafoclimáticas para a prática apícola, apresentando uma floração sucessiva e diversificada, promovendo uma riqueza da flora melífera na região.

Por outro lado, a actividade apícola apresenta inúmeros benefícios indirectos associados à produção agrícola. Será impensável equacionar a competitividade da nossa agricultura sem a



presença de uma actividade apícola que a suporte (GPP, 2007). Todavia, o maior valor que as abelhas acrescentam no ambiente consiste no inquestionável auxílio à polinização, na manutenção dos ecossistemas terrestres, no equilíbrio ecológico da flora e na preservação da biodiversidade (GPP, 2007; Murilhas, 2008).

O ordenamento do espaço físico constitui um instrumento necessário para que várias entidades, particularmente as municipais, o utilizem correctamente contribuindo com orientações compatíveis e congruentes ao nível da gestão territorial, para um aproveitamento integrado e economicamente sustentável do espaço rural (Carvalho et al., 2006; GPP, 2007).

No decurso deste trabalho foi efectuado um levantamento da flora apícola mais importante no concelho de Vila Velha de Rodão e elaboradas fichas técnicas para servir de ferramenta de apoio aos apicultores e à comunidade em geral. Procedeu-se, ainda, à identificação e referenciação geográfica dos apiários existentes no concelho de Vila Velha de Ródão, geograficamente inserido na zona controlada e sob gestão da Associação de Apicultores do Parque Natural do Tejo Internacional. Com este trabalho é promovida a possibilidade de cruzamento de informações e a melhoria na cartografia, utilizando os dados recolhidos através das análises de mel produzido e/ou de possíveis patologias que possam ocorrer nos apiários. Em síntese, pretende-se identificar as potencialidades deste território nacional ao nível da prática apícola, a fim de dinamizar o sector e fomentar um aproveitamento integrado do espaço rural.

2. CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR APÍCOLA EM PORTUGAL

A actividade apícola em Portugal é uma prática tradicionalmente relacionada com a actividade agrícola. Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, e a implementação da Política Agrícola Comum (PAC), verificou-se um crescimento e modernização do sector agrícola português. Contudo, nestes últimos anos, tem-se observado um progressivo abandono da agricultura portuguesa e conseqüentemente uma acentuada diminuição do número de apicultores registados ao longo desta última década (Tabela 1).

Tabela 1 – Caracterização genérica da actividade apícola em Portugal

	2001 ^{a)}	2004 ^{b)}	2007 ^{c)}
N.º Apicultores	26 000	22 000	15 267
N.º Apiários	----	34 000	32 685
N.º Colmeias	632 500	580 000	555 049

Fonte: ^{a)} INE (2001); ^{b)} FNAP cit. por GPP (2007); ^{c)} DGV cit. por GPP (2007)

Os resultados apresentados sugerem que não se tratam apenas do reflexo de um abrandamento da actividade agrícola; pois o sector apícola carece de mão-de-obra especializada duradoura e a maioria dos apicultores possui baixo nível de escolaridade e uma insuficiente formação técnica (GPP, 2007). Há ainda a considerar os elevados custos de produção e o aparecimento de novas doenças e parasitas nas abelhas, factores penalizadores para a

persecução da actividade. Este último factor pode ser considerado como um dos pontos mais críticos na moderna apicultura a nível mundial (CAP, 2007).

A apicultura é uma actividade exercida, predominantemente como acessório, sendo o complemento de uma actividade principal, em que os efectivos médios são inferiores a 50 colmeias e fundamentalmente orientada para o auto-consumo. O mel é o principal produto da apicultura nacional, reconhecido e de maior peso económico na actividade. Assim sendo, é considerado como um produto estratégico no aproveitamento integrado do espaço rural. Contudo, a produção nacional de mel tem vindo a apresentar uma clara tendência decrescente nos últimos anos (

Figura 1) (GPP, 2007).

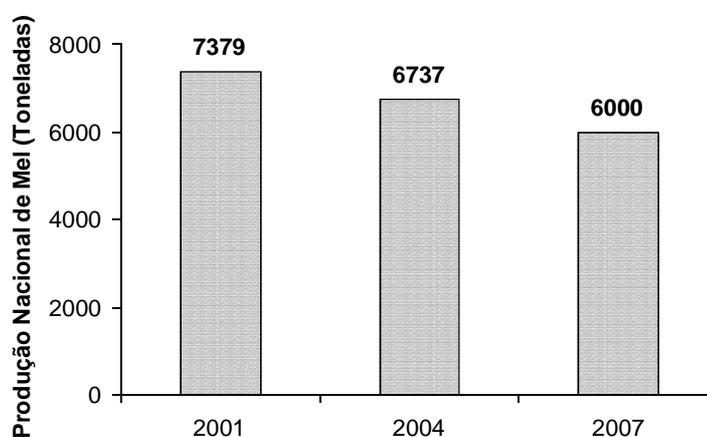


Figura 1 – Produção nacional de mel declarada. Fonte: adaptado de GPP (2007) e EFSA (2008)

A diminuição da produção de mel veio acentuar ainda mais o seu deficitário balanço comercial. As necessidades de consumo e a insuficiente produção nacional, implicam recorrer à importação, de modo a poder responder às exigências da indústria e dos acondicionadores/distribuidores. A nível intra-comunitário, a Espanha pode ser indicada como o principal mercado fornecedor de mel, sendo também o principal mercado de exportação do mel nacional, enquanto que a nível extra-comunitário, tem-se a Argentina como principal fornecedor (Martins, 2003; GPP, 2007).

Apesar da apicultura ser uma prática de várias décadas, com uma importância inquestionável no equilíbrio ecológico da flora e no acréscimo da produtividade e rentabilidade das culturas agrícolas, apenas no ano de 2000 surgiu legislação a estabelecer o regime jurídico da actividade apícola, no Decreto-Lei n.º 37/2000 (Diário da República, 2000). Neste mesmo ano, são criadas normas sanitárias para defesa contra as doenças das abelhas da espécie *A. mellifera*, Decreto-Lei n.º 74/2000 (Diário da República, 2000).

Como resposta às crescentes exigências do consumidor, e atendendo à profissionalização da actividade e à necessária implementação de mecanismos de supervisão e de regulamentação

das principais práticas apícolas, é promulgado o Decreto-Lei n.º 203/2005, que vem unificar o enquadramento legal da actividade (Diário da República, 2005).

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

3.1. Enquadramento geográfico e administrativo

O concelho de Vila Velha de Ródão, situado na margem esquerda do Rio Tejo, está inserido na bacia hidrográfica do Tejo. Pertence ao distrito de Castelo Branco, confinando a norte com o concelho de Castelo Branco, na parte sul com o concelho de Nisa, a este faz fronteira com Espanha, a oeste com o concelho de Proença-a-Nova e a sudoeste com o concelho de Mação (Figura 2).

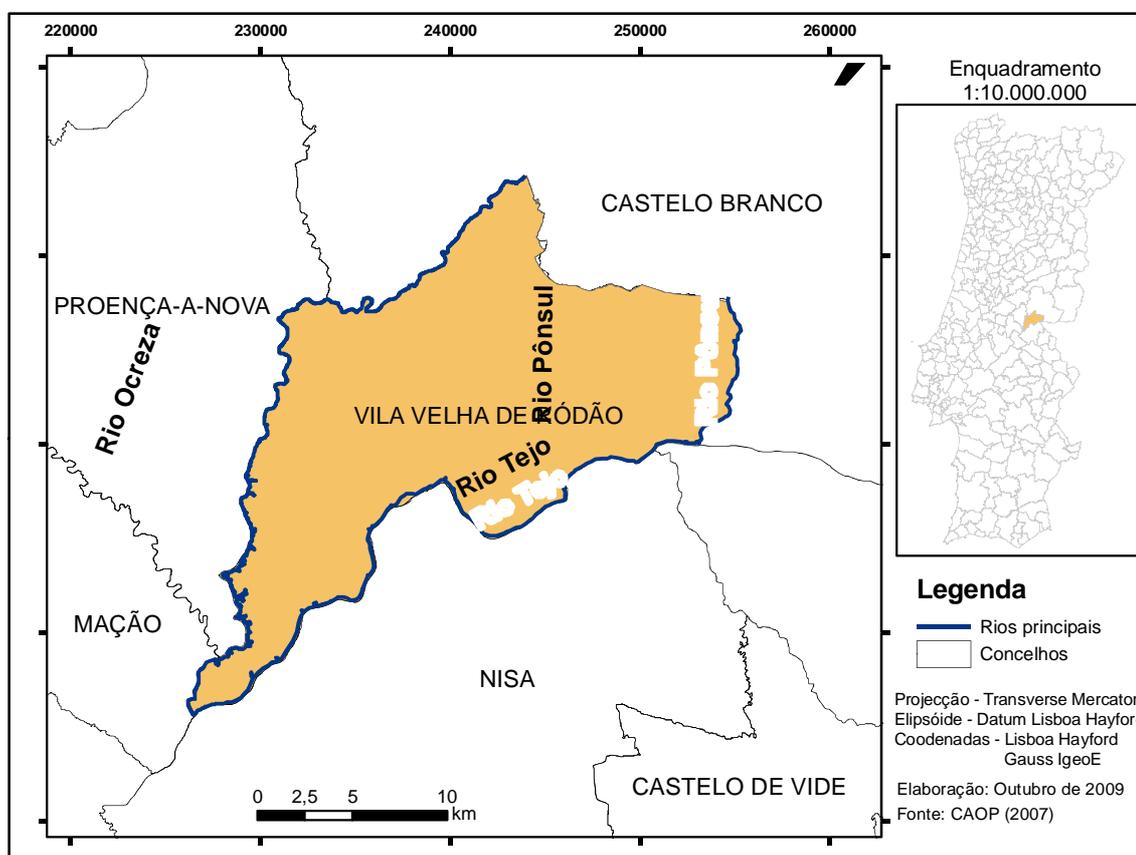


Figura 2 – Localização do concelho de Vila Velha de Ródão

O concelho de Vila Velha de Ródão apresenta uma área de 329,9km², distribuída por quatro freguesias: Fratel, Perais, Sarnadas do Ródão e Vila Velha de Ródão (IGP, 2003). A sua área está representada nas Cartas Militares de Portugal, à escala 1:25.000, n.º 291 (Benquerenças), n.º 302 (Proença-a-Nova), n.º 303 (Sarnadas do Ródão), n.º 304 (Malpica), n.º 313 (Carvoeiro), n.º 314 (Vila Velha de Ródão), n.º 315 (Montalvão) e n.º 323 (Amieira).

Relativamente à Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), o concelho de Vila Velha de Ródão está abrangido pela NUT II região Centro, cuja desagregação o

enquadra na NUT III, que integra a Unidade Territorial da Beira Interior Sul (CCDR, 2007; DGOTDU, 2007).

O vale do Tejo é considerado como uma importante região melífera e, dentro desta, podem ser classificadas como zonas de maior interesse aquelas em que predominam as terras incultas, devido à existência de flora espontânea com aptidão melífera e/ou polínifera (Ortega-Sada, 1987).

A orografia da área em estudo é dominada pelas cristas quartzíticas, resistentes, alongadas segundo a direcção NW-SE, que constituem o elemento determinante da paisagem local. Associado a estas cristas quartzíticas surgem diversas comunidades vegetais, que se estendem ao longo das escarpas até às zonas de vale, cuja originalidade deriva, essencialmente, da diversidade topográfica, determinada pelos levantamentos tectónicos os quais têm imprimido uma geomorfologia com desníveis altimétricos (Antunes, 2005; Cunha e Martins, 2005).

A região apresenta grandes potencialidades para o desenvolvimento da actividade apícola, podendo ser destacadas algumas espécies florísticas com grande aproveitamento apícola, como seja o rosmaninho; a planta melífera por excelência desta área. O eucalipto, por sua vez, apresenta-se como um grande produtor de néctar, enquanto que a presença generalizada da esteva, é uma potencial produtora de pólen, cuja exploração pelos apicultores portugueses é praticamente inexistente. Contudo, a exploração da esteva para a produção de pólen é realizada, continuamente, pelos apicultores espanhóis. O período de floração da espécie *C. ladanifer* é mais alargado que o da espécie *L. stoechas*, em que a colecta de pólen decorre de Fevereiro a Julho.

As características climáticas e florísticas provocam a necessidade de deslocação das colónias de uma região para outra, correspondendo à denominada transumância. A apicultura profissional, com sistemas de produção mais intensificados, recorre, com frequência, à prática de transumância. Esta, pode trazer um incremento na produção na ordem dos 50 a 100%, dependendo das culturas de origem e de destino, e manter as colónias em produção por um período mais vasto no tempo (GPP, 2007; Jean-Prost, 2007).

Em Portugal, a maioria dos apicultores não recorre à prática de transumância, estimando-se que seja realizada por menos de 10% dos apicultores. Contudo, a transumância pode ser uma prática utilizada para diferentes finalidades como sejam (GPP, 2007; Murilhas, 2008):

- Produção de mel e/ou de pólen: deslocação das colónias para zonas onde exista flora de interesse apícola com épocas de floração distintas das culturas de origem, alargando o período de produção das colónias e incrementando a produção;
- Polinização de culturas: transumância das colónias para junto de culturas dependentes de polinização entomófila, contribuindo para uma mais eficiente polinização. Neste caso, a obtenção de produtos directos da colmeia podem ser considerada secundária perante a rentabilidade inerente à contratualização do serviço de polinização. Um exemplo bem



expressivo desta situação ocorre nos vastos pomares de amendoeiras do vale central da Califórnia, cuja sustentabilidade económica depende do aluguer anual de três milhões de colónias de abelhas comuns;

- Transumância de Inverno: este tipo de transumância é motivado essencialmente por dois motivos. Por um lado, a deslocação das colónias para locais mais favoráveis em termos edafo-climáticos, com o objectivo de reduzir as baixas do efectivo e de facilitar as operações de manejo, reduzindo as deslocações ao apiário; por outro lado, o reforço e o fortalecimento das colónias, preparando-as para a próxima época de produção.

Estas são as principais razões que levam os apicultores a deslocarem os seus apiários. Contudo, é de salientar que esta prática duplica o custo anual associado ao manejo das colmeias. Por esse motivo, deverá ser reservada para colónias fortes e saudáveis, capazes de promover um incremento na produção e um acréscimo na rentabilidade da actividade (Jean-Prost, 2007).

3.2. Caracterização socioeconómica

A vertente económica e social está inteiramente relacionada com um elemento estratégico, a população, a qual se tem mostrado preponderante na definição de uma política e de um esquema de ordenamento do território adequado às suas necessidades (Partidário, 1999). Dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística mostram que, nos últimos anos, o concelho de Vila Velha de Ródão sofreu uma continuada diminuição da sua população. De acordo com Almeida (2004), entre 1950 e 2001, a população no concelho decresceu de 9568 para 4098 habitantes. Estes dados retratam as consequências do êxodo rural e da emigração que se verificaram em períodos anteriores, e que despontaram, praticamente, ao longo de todo o interior do país. Atendendo a Carvalho *et al.* (2006), na década de 1991 a 2001, observou-se uma diminuição generalizada de 17,4% na população do concelho. Os valores da densidade demográfica variaram de 15,03 hab/km² a 12,42 hab/km². Além disso, a estrutura etária da população residente no concelho tem assistido a um acentuar das tendências de envelhecimento. O índice de envelhecimento populacional no concelho, segundo o INE (2001), situa-se nos 523%, muito superior aos 105 % verificados em Portugal. De referir que valores superiores a 100 pontos percentuais indicam uma população que tendencialmente tende ao envelhecimento. Acresce a este facto, a notória redução da capacidade de rejuvenescimento, com uma taxa de natalidade de 5 %, bem menor do que os 11,7 % que se observam em Portugal, o que torna o concelho de Vila Velha de Ródão duplamente envelhecido (PROF, 2006).

3.3. Caracterização climática

Para uma caracterização climática da região é importante apresentar uma resenha genérica de alguns parâmetros climáticos, coligida a partir das publicações do Instituto de Meteorologia e Geofísica (normais climatológicas), de modo a poder ser considerada no desenvolvimento de acções de ordenamento do território e, de um modo particular, na optimização da prática apícola. Para a caracterização de parâmetros como a temperatura, a precipitação e o

vento foram utilizados dados recolhidos nas estações meteorológicas de Alvega, no período entre 1961 e 1990, instalada a 51m de altitude, e na estação de Castelo Branco, no período entre 1961 e 1986, instalada a 386m acima do nível médio da água do mar. Da análise destes dados conclui-se que durante o Inverno, nos meses de Dezembro e Janeiro, as temperaturas médias mensais apresentam valores inferiores a 10°C nas duas estações. No período de Verão, o comportamento é similar, apresentando ambas temperaturas médias superiores a 20°C durante quatro meses. Na estação meteorológica de Alvega, a qual se encontra situada a uma cota mais aproximada com a da área de estudo, os valores máximos são ligeiramente superiores aos verificados na estação de Castelo Branco. Registam-se ainda amplitudes térmicas elevadas, -4,7°C a 41,2°C em Castelo Branco e -7,5°C a 43°C em Alvega.

Os valores registados em ambas as estações mostram que o Inverno se estende de Outubro a Abril, mas é nos meses de Novembro a Fevereiro que se registam os mais elevados valores de precipitação média mensal. Esses valores, contudo, são mais elevados na estação meteorológica de Castelo Branco que na de Alvega. Comparativamente, para o mês de Janeiro, o valor médio de precipitação na estação de Alvega é de 94,0mm e na estação de Castelo Branco é de 114,2mm. As médias anuais de precipitação situam-se entre os 677,6mm em Alvega e os 780,7mm em Castelo Branco.

Relativamente ao vento, segundo Carvalho *et al.* (2006) e o PDM (1994) de Vila Velha de Ródão, verifica-se que, em ambas as estações, o conjunto dos rumos de N, NW e W é o que apresenta maior frequência, logo seguido do conjunto W, SW e S. Os dados da estação meteorológica de Alvega revelam predominância, durante os meses de Verão, de ventos com o rumo NW, enquanto na estação de Castelo Branco, nesse mesmo período, o rumo predominante é de W. Durante os meses de Inverno, em ambas as estações, a orientação dominante corresponde ao quadrante NE, sendo que na estação de Castelo Branco é logo seguido de ventos com o rumo de este.

O clima verificado na área de estudo advém da presença da depressão de Ródão e do Arneiro, situadas na margem direita e esquerda do rio Tejo respectivamente, que, em condições de estabilidade atmosférica e dada a baixa altitude do terreno, origina um aumento de temperatura nos meses de Verão e a sua diminuição nos meses de Inverno.

Concluindo, a área em estudo enquadra-se num clima temperado mediterrâneo, nitidamente influenciado pela continentalidade, cujas características mais singulares são Verões quentes e secos e Invernos amenos e chuvosos. É por isso necessário todo o cuidado aquando da escolha e preparação do terreno para instalação de apiários, dada a elevada probabilidade de ocorrência de incêndios florestais durante a estação seca do ano. Revendo-nos neste cenário, torna-se relevante ter em consideração os possíveis impactes das alterações climáticas. Segundo estudos apresentados por Santos *et al.* (2001), projecções do projecto SIAM (*Climate change in Portugal. Scenarios, Impacts and Adaptation Measures*), apontam para a possibilidade de um

aumento generalizado de temperatura. A média da temperatura máxima no Verão projectada pelos modelos poderá sofrer um aumento que pode ultrapassar os 9°C em certas regiões do interior centro. Ondas de calor, como as verificadas em 2003 e em 2005, poderão vir a tornar-se mais frequentes. Por outro lado, para a média da temperatura mínima no Inverno, projectada pelos modelos, prevê-se um ligeiro decréscimo. Efectivamente, posto este cenário, passaremos a ter Invernos menos rigorosos, que podem estimular a taxa de crescimento de populações de insectos.

3.4. Flora apícola

O concelho de Vila Velha de Ródão, situado na margem esquerda do Rio Tejo, está inserido na bacia hidrográfica do Tejo. A área do concelho apresenta-se definida em plataformas, as quais, ao longo do tempo, têm sofrido levantamentos tectónicos, fazendo com que o Rio Tejo se vá encaixando até à actualidade. A área em estudo comporta ainda orografia dominada pelas cristas de resistência, alongadas segundo NW-SE, e que funcionam como elemento determinante da paisagem local. Associadas a estas cristas quartzíticas estão diversas comunidades vegetais que se vão estendendo ao longo das escarpas até às zonas de vale, cuja originalidade deriva, essencialmente, da diversidade topográfica (Antunes, 2005; Cunha e Martins, 2005).

O vale do Tejo, segundo Ortega-Sada (1987), é uma importante região melífera e, dentro desta, são classificadas como zonas de maior interesse para a prática apícola aquelas com predomínio de terras incultas, devido há existência de flora espontânea com aptidão melífera e/ou polinífera. A região de Vila Velha de Ródão apresenta-se confinada por importantes cursos de água e pelos seus respectivos vales e encostas íngremes, onde predominam esses terrenos incultos com uma grande biodiversidade de espécies com elevado potencial apícola, das quais se destacam o rosmaninho (*Lavandula pedunculata* (Miller) Cav.) – espécie melífera por excelência, a esteva (*Cistus ladanifer* L.) – espécie polinífera por excelência, o alecrim (*Rosmarinus officinalis* L.), as urzes (*Erica umbellata* L., *Erica australis* L. e *Erica lusitanica* Rudolphi) (Figura 3), a caluna (*Calluna vulgaris* (L.) Hull), a piorneira (*Retama sphaerocarpa* (L.) Boiss.), a soagem (*Echium plantagineum* L.), o tojo (*Genista triacanthos* Brot.), a azinheira (*Quercus rotundifolia* Lam.), o carvalho negral (*Quercus pyrenaica* Willd.), as giestas (*Cytisus multiflorus* (L'Hér.) Sweet e *Cytisus striatus* (Hill) Rothm.), o medronheiro (*Arbutus unedo* L.), o eucalipto (*Eucalyptus globulus* Labill.) e o zimbro (*Juniperus oxycedrus* L.), este último ocupando as cristas quartzíticas da Serra do Perdigão e da Serra das Talhadas, o que constitui um traço característico deste território (Almeida, 2004; Carvalhinho, 2001, 2004; Monteiro, 2003).



Figura 3 – *Algumas espécies mais representativas da flora apícola da região de Vila Velha de Ródão: A – Rosmaninho; B – Esteva ; C – Urze;*

Apesar de haver uma diversidade elevada de espécies com interesse apícola, o período de floração é bastante curto, devido à baixa pluviosidade que se verifica a partir do final de Abril e às elevadas temperaturas que ocorrem já neste período. Consequentemente, a produção melífera é apenas de 3 a 4 meses, ou seja, de finais de Março a meados de Julho. Esta limitação é superada pela abundância florística neste intervalo e, principalmente, pela elevada produção nectarífera do rosmaninho (Pagani, 1993), que as abelhas recolhem activamente. As plantas que se mantenham em floração depois do mês de Julho são raras, resumindo-se às produções agrícolas e suas infestantes, às plantas ribeirinhas e às plantas que naturalmente resistem à estivação.

4. A APICULTURA NO CONCELHO DE VILA VELHA DE RÓDÃO

O concelho de Vila Velha de Ródão, juntamente com os concelhos de Castelo Branco e de Idanha-a-Nova, fazem parte da área geográfica referente à homologação da zona controlada de doenças das abelhas reconhecida pela Direcção-Geral de Veterinária, em vigor desde o dia 8 de Julho de 2008. Uma zona controlada é uma zona geográfica onde se desenvolvem acções de profilaxia sanitária e se procede à identificação e ao controlo sistemático de focos de doença. Estas acções são desenvolvidas por uma entidade gestora reconhecida pela Direcção-Geral de Veterinária (DGV, 2009; FNAP, 2008). A entidade gestora responsável pela gestão da sanidade dos efectivos apícolas, existentes na referida zona geográfica, é a Meltagus – Associação de Apicultores do Parque Natural do Tejo Internacional, sediada em Castelo Branco.

Os efectivos apícolas localizados no interior da delimitada zona controlada estão sujeitos: a acções sanitárias concertadas e simultâneas em todos os apiários da referida zona controlada; ao fomento de estratégias sanitárias adequadas à realidade da apicultura da região; ao desenvolvimento de um esforço concertado entre os apicultores e a entidade gestora em prol de um rastreio mais activo das doenças, prevenindo o aparecimento e proliferação das mesmas nas abelhas (DGV, 2009; FNAP, 2008; GPP, 2007). Os apicultores com apiários implantados em zona controlada estão obrigados a efectuar uma declaração anual de existências, devendo proceder à declaração de existências num prazo de 10 dias úteis após ter dado início à actividade, bem como de qualquer mobilidade na zona controlada (Diário da República, 2005).

No concelho existem actualmente 33 apicultores registados, pertencentes às quatro freguesias. As explorações apícolas existentes na região são enquadradas de acordo com o número de colónias em classes de dimensão respectiva, considerando “cada núcleo ou cortiço equivale a 0,5 colmeia móvel, sendo o total arredondado para o número inteiro imediatamente superior” (Diário da República, 2003).

No concelho, existem 15 apicultores (46%) que detêm de 1 a 10 colónias; na classe de 11 a 20 e na classe de 21 a 30 registam-se 6 apicultores; 5 apicultores (15%) apresentam de 31 a 40 colónias; ficando a restar apenas 1 apicultor (3%) com mais do que 40 colónias (Figura 4).

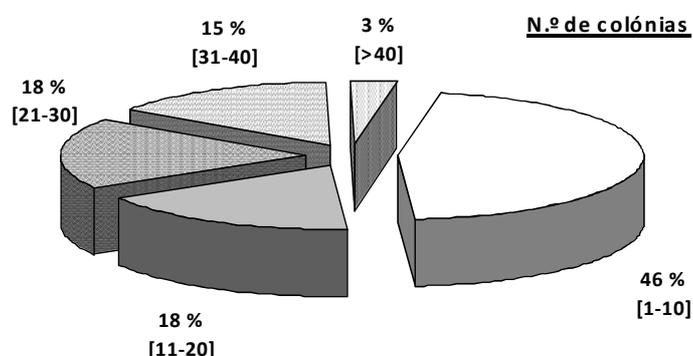


Figura 4 – Número de colónias por apicultor numa distribuição por classes de dimensão. Fonte: Adaptado de Meltagus (2009)

De acordo com o Comité das Organizações Profissionais de Apicultores (COPA), para que um apicultor possa ser considerado apicultor profissional, deve deter um efectivo apícola superior a 150 colmeias (GPP, 2007; Luzón *et al.*, 2001). Os apicultores instalados na área em estudo são na sua totalidade apicultores não profissionais (Figura 4). A dimensão média na região é de 16 colónias por apicultor. As explorações com efectivos abaixo das 25 colónias são identificadas como para auto-consumo, pelo que esta situação predomina na região e 69,7% dos apicultores detêm explorações com menos de 25 colónias.

Os principais modelos de colmeias móveis utilizados na área de estudo correspondem aos modelos Lusitana e Reversível, surgindo, esporadicamente, em alguns apiários, colmeias do modelo Langstroth. É ainda de realçar o cortiço, um tipo de colmeia ainda bastante utilizado na região e com relevância no número total de colónia (GPP, 2007).

Tendo em conta que a zona controlada apenas foi homologada em 2008, e considerando os dados dos últimos dois anos, procedeu-se ao estudo de variação desses efectivos (

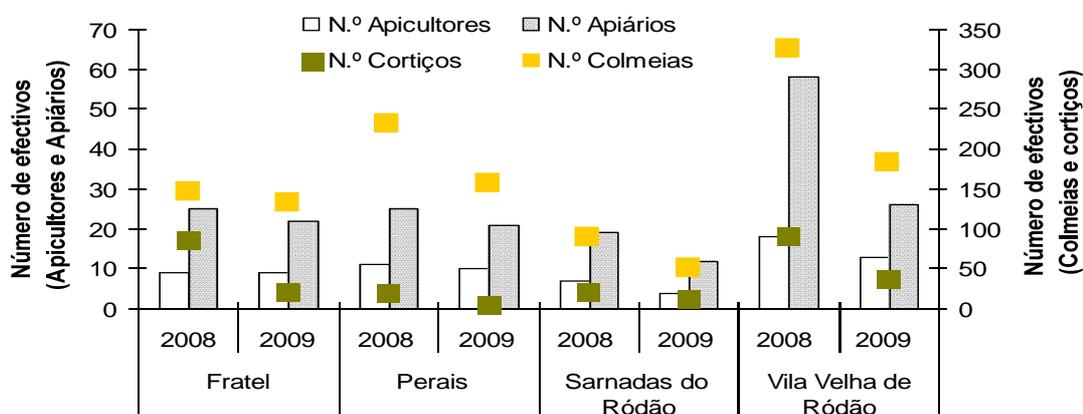


Figura 5)

Figura 5 – Efectivos apícolas em 2008 e em 2009 na região em estudo.

Através da análise dos dados pode ser referido que, em apenas um ano (2008/2009) ocorreu uma relevante diminuição dos efectivos apícolas (apicultores, apiários, cortiços e colmeias) nas quatro freguesias do concelho de Vila Velha de Ródão (

Figura 5). A freguesia de Sarnadas do Ródão é a que apresenta menor número de apicultores e conseqüente menor contribuição na actividade apícola na região. Em contrapartida, a freguesia de Vila Velha de Ródão apresenta o maior número de colónias e o maior número de apicultores (Figura 5). Contudo, a redução dos efectivos apícolas com variações de 85% levantam algumas preocupações, nomeadamente ao nível da sustentabilidade da polinização efectuada pelas abelhas nos diversos ecossistemas terrestres.

O decréscimo acentuado dos efectivos apícolas tem levado à realização de diversos estudos de modo a identificar possíveis causas (e.g., Aizen e Harder, 2009). Este fenómeno relacionado com o desaparecimento de milhões de colónias foi designado em Portugal como Síndrome do Despovoamento de Colónias de Abelhas e “é caracterizado pelo abandono das colmeias pela maioria da população de adultos sem evidência de abelhas mortas na proximidade das colmeias” (Amaro, 2009). A ausência das abelhas mortas tem dificultado os estudos na determinação destas causas e existe bastante controvérsia em torno deste fenómeno. As condições de stress a que as colónias são expostas como os relacionados com o transporte de colmeias; intensificação dos sistemas de produção apícola que contribuem para o aumento da taxa anual de mortalidade (Murilhas, 2008).

Nos últimos dois anos, as freguesias do concelho de Vila Velha de Ródão registaram uma perda significativa de colónias na área geográfica representada pela zona controlada (Figura 5). Na zona controlada existem referenciados actualmente cerca de 158 apicultores registados, detentores de 406 apiários (Figura 6).

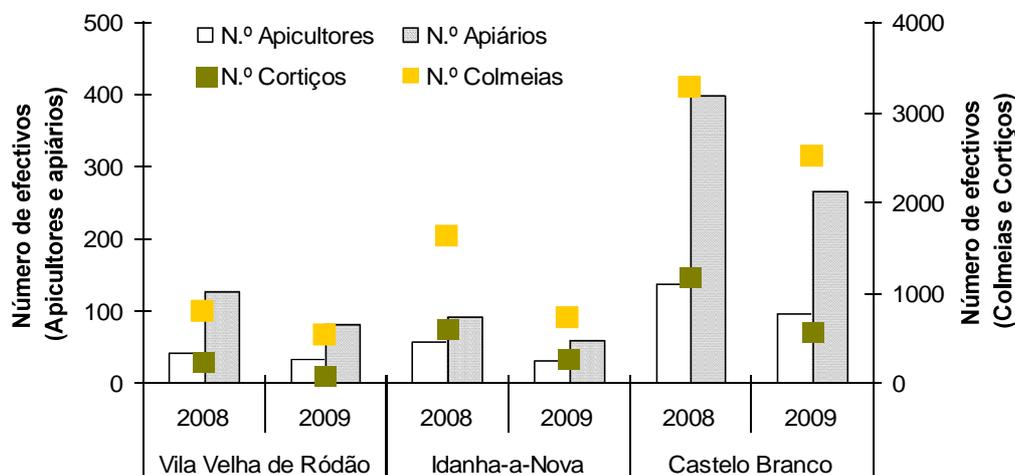




Figura 6 – *Efectivos apícolas declarados em 2008 e em 2009 na zona controlada.*

O concelho de Vila Velha de Ródão é o que apresenta menores efectivos apícolas, sendo o de Castelo Branco o que tem maior representatividade (Figura 6). Dentro da zona controlada existe a obrigatoriedade, por parte do apicultor, de declarar em modelo próprio todos os efectivos apícolas que possui. Contudo, ao existirem dentro desta área delimitada apiários clandestinos, estes irão potenciar a disseminação das doenças mais comuns dificultando o seu controlo e erradicação.

Um aspecto relevante a ser considerado em trabalhos futuros é o registo de apicultores espanhóis presentes na região. Todos os anos são registadas milhares de colónias transumantes, vindas de Espanha para Portugal e que após passarem alguns meses, voltam a ser transportadas para o seu país de origem. Desta forma, devido ao facto dos apiários espanhóis não terem sido georreferenciados, não é possível apresentar o número exacto de apiários instalados na área de estudo. Segundo a entidade gestora, para a área da zona controlada, que abrange os concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão, dos dados registados constam 25 apicultores espanhóis, todos eles profissionais. Estes apicultores detêm um potencial produtivo de aproximadamente 40000 colmeias, distribuídas por cerca de 425 apiários. Estes dados indicam que se tratam de apicultores com elevada taxa de profissionalização com um modelo de produção intimamente ligado à transumância.

Segundo a FAO (2005), cit. por COAG (2006), a União Europeia é uma das maiores produtoras a nível mundial de mel e a Espanha destaca-se no primeiro lugar com uma produção total de 21%; sendo possuidora da taxa de profissionalização mais elevada de todos os Estados membros, com uma média de 416 colmeias por exploração.

A distância mínima entre apiários varia consoante a densidade de colmeias móveis presente no apiário, estando definidas duas categorias: de 11 a 30 colmeias, em que a distância de instalação mínima do apiário mais próximo é 400 metros; de 31 a 100 colmeias, em que a distância de instalação mínima do apiário mais próximo é de 800 metros (Diário da República, 2005). Convém ainda considerar-se que o número de colmeias por apiário tem como limite máximo nacional as 100 colónias. Na área em estudo, praticamente a totalidade dos apiários instalados são abrangidos pela categoria de menor distância. Para avaliar o número de apiários que não respeitam a distância mínima obrigatória, procedeu-se à elaboração de uma carta de conflitos (Figura 7), sendo considerado um raio de 200 metros em torno de cada apiário.

Do total de apiários instalados na região em estudo, constatou-se que 59 dos quais guardam a distância mínima exigida em relação ao apiário mais próximo, enquanto que 13 se encontram em conflito com um outro apiário e 9 em conflito com mais de dois apiários (Figura 7). A maioria da superfície do concelho não tem qualquer apiário presente e os apiários georreferenciados cobrem uma área de 909ha, em que não ocorrem conflitos. Contudo, numa área de 43ha verifica-se sobreposição com influência de dois apiários, e numa área de 1,5ha verifica-se sobreposição com influência de três apiários (Figuras 7 e 8).

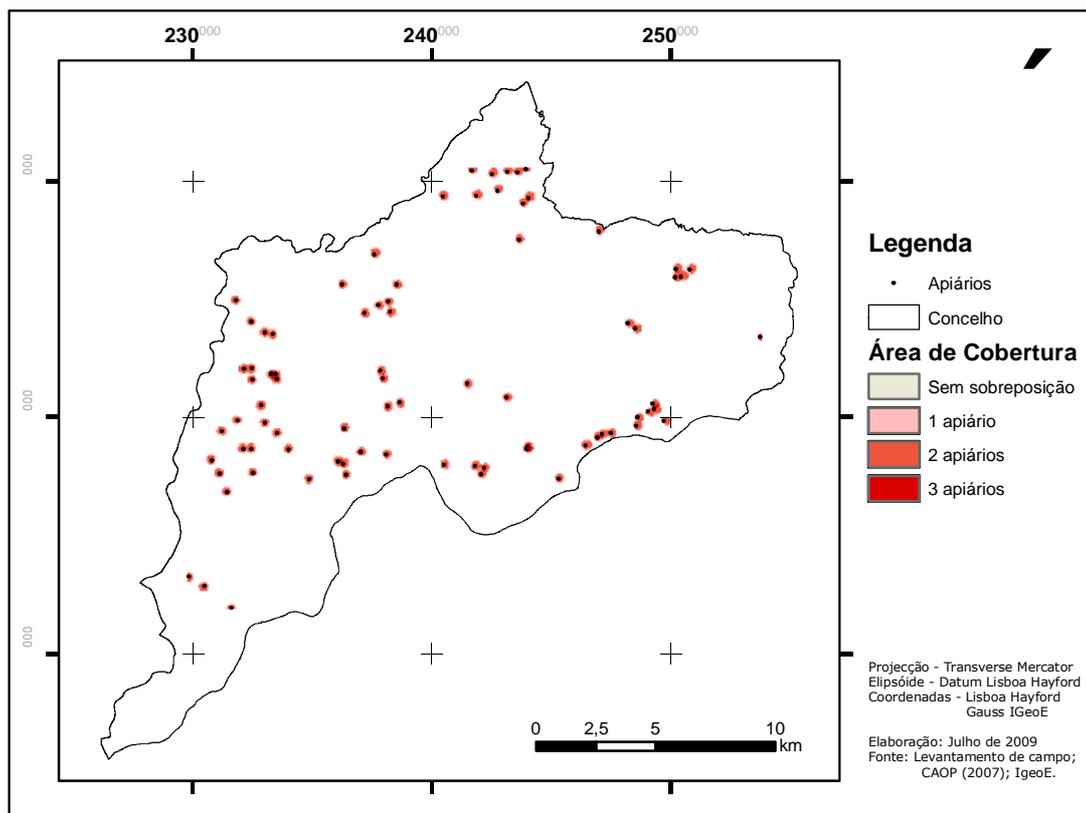
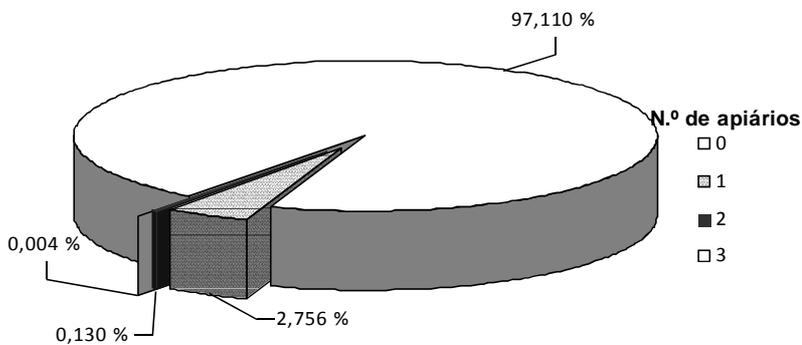


Figura 7 – Mapa de conflito entre apiários

Figura

Figura 8 –



Percentagem de sobreposições no concelho de Vila Velha de Ródão

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIZEN, M.A. and HARDER, L.D., 2009. The global stock of domesticated honey bees is growing slower than agricultural demand for pollination. ScienceDirect. *Current Biology*, 19 (11), 915-918.

ALMEIDA, C.M. (Coord.), 2004. Plano de Desenvolvimento Estratégico do Município de Vila Velha de Ródão. Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional, Instituto Politécnico de Castelo Branco.



AMARO, J.P.P., 2009. Já há muito tempo que os pesticidas matam as abelhas. O Apicultor – Revista de apicultura. <http://www.oapicultor.com/artigos/J%C3%81%20H%C3%81%20MUITO%20TEMPO%20QUE%20OS%20PESTICIDAS%20MATAM%20AS%20ABELHAS.pdf> Consultado em 25 de Outubro de 2009.

ANTUNES, J.H.C., 2005. Proposta de classificação das Portas de Ródão como Monumento Natural: A vegetação e a flora das Portas de Ródão. Câmara Municipal Vila Velha de Ródão, Relatório da Câmara Municipal Nisa, Anexo II.

CARVALHO, N.; CUNHA, P.P.; MARTINS, A.A. and TAVARES, A.O., 2006. Caracterização geológica e geomorfológica de Vila Velha de Ródão. Contribuição para o ordenamento e sustentabilidade municipal. *Açafa 7: Associação de Estudos do Alto Tejo*. Vila Velha de Ródão.

CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro), 2007. Mapas da Região Centro. <http://www.ccdr.pt/> (consultado em 10 de Setembro de 2009).

CARVALHINHO, J.N.M., 2001. Comunidades vegetais do vale do Rio Erges no Parque Natural do Tejo Internacional. Escola Superior Agrária de Castelo Branco, Trabalho de Fim de Curso, 54 pp.

CARVALHINHO, J.N.M., 2004. A flora e a vegetação dos habitats naturais do Parque Natural do Tejo Internacional: Vegetação, Volume II. Instituto para a Conservação da Natureza, Parque Natural do Tejo Internacional.

COAG (Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos), 2006. Sector apícola: anuario COAG-2006. SCV-Departamento de Ganadería. España.

CUNHA, P.P. and MARTINS, A.A., 2005. Proposta de classificação das Portas de Ródão como Monumento Natural: Património geológico e geomorfológico das Portas de Ródão e suas imediações. Câmara Municipal Vila Velha de Ródão, Relatório da Câmara Municipal de Nisa, Anexo I.

DGOTDU (Direção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano), 2007. <http://www.dgotdu.pt/> (consultado em 10 de Setembro de 2009).

DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2005. Decreto-Lei n.º 203/2005 de 25 de Novembro, Diário da República n.º 227, I – Série A. Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Lisboa.

DGV (Direção-Geral de Veterinária), 2009. Programa Sanitário Apícola, MADRP, DGV. Lisboa.

GPP (Gabinete de Planeamento e Políticas), 2007. Programa Apícola Nacional: Triénio de 2008-2010. MADRP. Lisboa

FNAP (Federação Nacional dos Apicultores de Portugal), 2008. Zonas Controladas – Sanidade apícola uma responsabilidade de todos. MADRP. Lisboa.

JEAN-PROST, P.; MEDORI, P. and LE-CONDE, Y., 2007. Apicultura. Conocimiento de la abeja. Manejo de la colmena. Ediciones Mundi-Prensa. Madrid.

- INE (Instituto Nacional de Estatística), 2001. Anuário estatístico da região centro de 2000. Instituto Nacional de Estatística. www.ine.pt (consultado em 2 de Setembro de 2009).
- LUZÓN, J.; MARTÍNEZ, J. and GARCÍA, P., 2001. Retrato del sector granadino através de una encuesta entre los apicultores. *Vida Apícola*, 110, 45-49.
- MARTINS, R.E.A., 2003. Concepção de um sistema de informação geográfica para a gestão apícola. Escola Superior Agrária de Castelo Branco, Trabalho de Fim de Curso, 58 pp.
- MELTAGUS (Associação de Apicultores do Parque Natural do Tejo Internacional), 2009. Dados referentes à distribuição da actividade apícola na zona controlada. Comunicação pessoal.
- MONTEIRO, M., 2003. Ordenamento Apícola – Parque Natural do Tejo Internacional Escola Superior Agrária de Castelo Branco, Trabalho de Fim de Curso, 51 pp.
- MURILHAS, A.M.C., 2008. Apicultura e polinização: Em que medida poderemos evitar um desastre anunciado? *O Apicultor – Revista de apicultura*, 62, 7-10.
- ORTEGA-SADA, J.L., (ed), 1987. Flora de interés apícola y polinización de culturas. Ediciones Mundi-Prensa. Madrid.
- PARTIDÁRIO, M.R., (ed), 1999. *Introdução ao ordenamento do território*. Univ. Aberta. Lisboa.
- PDM (Plano Director Municipal de Vila Velha de Ródão), 1994. Estudos de caracterização física e socioeconómica, Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional., Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, Anexo I.
- PROF (Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Sul), 2006. MADRP, AFN. <http://www.afn.min-agricultura.pt/portal/gestao-florestal/ppf/publicados> (consultado em 15 de Agosto de 2009).
- SANTOS, F.D.; FORBES, K. and MOITA, R., (eds), 2001. Mudanças climáticas em Portugal. Cenários, impactes e medidas de adaptação SIAM. Gradiva. Lisboa.
- THIRION, S. and CAVACO, C., (eds), 2003. O desenvolvimento local em meio rural face ao desafio da sustentabilidade: Os ensinamentos de 10 anos de iniciativa comunitária LEADER em Portugal. Luís Chaves. Ed. Lisboa.



Do consumo à produção: produtos locais, olhares cruzados

1* Renata Menasche e 2* Fabiana Thomé da Cruz

^{1*}Universidade Federal de Pelotas, ^{1*2*}Universidade Federal do Rio Grande do Sul / PGDR

renata.menasche@pq.cnpq.br, fabianathomedacruz@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a acumular no sentido de uma reflexão a respeito de processos de valorização de *produtos locais* em sociedades contemporâneas.

Para isso, recorreremos, por um lado, a dados obtidos a partir de pesquisas realizadas²⁴ em diferentes regiões rurais e na capital (Porto Alegre) do Estado do Rio Grande do Sul – situado no Brasil meridional – e, por outro, à literatura internacional sobre o tema.

Tomamos por ponto de partida a identificação de um contexto em que é presente uma ansiedade urbana em relação à alimentação e em que percebemos como intensa a mobilidade material e simbólica entre campo e cidade. Nesse quadro, observamos, nas classificações da alimentação operadas pelos consumidores urbanos estudados, um rural valorado positivamente, idealizado. Evidenciamos que é a partir daí que podemos não apenas entender a demanda por alimentos – dentre eles, especialmente, os *produtos locais* – que remetem a esse rural idealizado, demanda que se apresenta concomitantemente àquela por paisagens, costumes, festas, história, turismo, mas também sua incidência na própria conformação do rural como vivenciado pelos que nele habitam.

Mas, se bem é verdade que podemos observar processos de valorização de *produtos locais* associados a imagens idealizadas do rural, outros tantos indicam outros tipos de motivações, sejam associadas à idéia de alimentação saudável, sejam vinculadas a engajamentos políticos ou ainda a apelos que buscam fortalecer identidades e tradições culturais. Assim, torna-se especialmente relevante a compreensão das lógicas e das simbólicas²⁵ associadas ao consumo de alimentos – de modo particular, à valorização de *produtos locais* – e, ao mesmo tempo, de sua incidência na (res)significação das relações e dos espaços rurais. Propomos, desse modo, considerar que na análise do consumo de *produtos locais* encontram-se elementos que possibilitam a apreensão das dinâmicas de desenvolvimento rural. Por isso “do consumo à

²⁴ No que se refere a Porto Alegre, foram realizadas, no período compreendido entre 2001 e 2002, vinte e cinco entrevistas semi-estruturadas (MENASCHE, 2003). No meio rural, foram realizados diferentes trabalhos de campo de cunho etnográfico, que informam a reflexão levada a cabo neste artigo: em 2000, em localidades situadas nas regiões Norte e Centro-Sul do Estado (MENASCHE, 2003); no período compreendido entre 2004 e 2005, na região do Vale do Taquari (MENASCHE, 2007); entre 2006 e 2007, na região dos Campos de Cima da Serra (KRONE; MENASCHE, 2007; CRUZ *et al.*, 2008).

²⁵ A expressão é aqui emprestada de Woortmann e Woortmann (1997).